



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20241434526

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

LUIZ FELIPE SEIXAS CURY DA COSTA

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES**

RNP: 0620203269

Registro: 354967CE

2. Dados do Contrato

Contratante: **Secretaria de Estado da Educação**

CPF/CNPJ: 06.554.729/0001-96

AVENIDA AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N

Nº: S/N

Complemento: **Blocos D e F**

Bairro: **Centro Administrativo**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: 64018900

Contrato: **Não especificado**

Celebrado em:

Valor: **R\$ 1.500,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NÃO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N

Nº: S/N

Complemento: **Blocos D e F**

Bairro: **Centro Administrativo**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: 64018900

Data de Início: **03/06/2024**

Previsão de término: **14/06/2024**

Coordenadas Geográficas: **-5.105986, -42.812057**

Finalidade: **Escolar**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **Secretaria de Estado da Educação**

CPF/CNPJ: 06.554.729/0001-96

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO

Quantidade

Unidade

1,00

un

80 - Projeto > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.9.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÕES, DO ANEXO ESCOLAR: CASA DE LIXO.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Luiz Felipe Seixas Cury da Costa
LUIZ FELIPE SEIXAS CURY DA COSTA - CPF: 064.042.743-02

Local _____ de _____ data _____

Secretaria de Estado da Educação - CNPJ: 06.554.729/0001-96

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 99,64**

Registrada em: **11/06/2024**

Valor pago: **R\$ 99,64**

Nosso Número: **8217131618**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: bAZYA
Impresso em: 12/06/2024 às 08:53:50 por: , ip: 138.122.61.140

www.crea-ce.org.br
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@crea-ce.org.br
Fax: (85) 3453-5804



CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20241434532

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

LUIZ FELIPE SEIXAS CURY DA COSTA

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES

RNP: 0620203269
Registro: 354967CE

2. Dados do Contrato

Contratante: Secretaria de Estado da Educação

CPF/CNPJ: 06.554.729/0001-96

AVENIDA AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N

Nº: S/N

Complemento: Blocos D e F

Bairro: Centro Administrativo

Cidade: TERESINA

UF: PI

CEP: 64018900

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 1.500,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N

Nº: S/N

Complemento: Blocos D e F

Bairro: Centro Administrativo

Cidade: TERESINA

UF: PI

CEP: 64018900

Data de Início: 03/06/2024

Previsão de término: 14/06/2024

Coordenadas Geográficas: -5.105986, -42.812057

Finalidade: Escolar

Código: Não Especificado

Proprietário: Secretaria de Estado da Educação

CPF/CNPJ: 06.554.729/0001-96

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO

1,00

un

80 - Projeto > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.9.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÕES, DO ANEXO ESCOLAR: CADA DE GÁS.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Luiz Felipe Seixas Cury da Costa
LUIZ FELIPE SEIXAS CURY DA COSTA - CPF: 064.042.743-02

Local _____ de _____ de _____
data

Secretaria de Estado da Educação - CNPJ: 06.554.729/0001-96

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 99,64

Registrada em: 11/06/2024

Valor pago: R\$ 99,64

Nosso Número: 8217131856

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: Z99Dw
Impresso em: 12/06/2024 às 08:53:32 por: , ip: 138.122.61.140

www.crea-ce.org.br
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@crea-ce.org.br
Fax: (85) 3453-5804



CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE20241434539

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará

INICIAL

1. Responsável Técnico

LUIZ FELIPE SEIXAS CURY DA COSTA

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL, ESPECIALIZAÇÃO EM ESTRUTURAS DE CONCRETO E FUNDAÇÕES

RNP: 0620203269

Registro: 354967CE

2. Dados do Contrato

Contratante: Secretaria de Estado da Educação

CPF/CNPJ: 06.554.729/0001-96

AVENIDA AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N

Nº: S/N

Complemento: Blocos D e F

Bairro: Centro Administrativo

Cidade: TERESINA

UF: PI

CEP: 64018900

Contrato: Não especificado

Celebrado em:

Valor: R\$ 1.500,00

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA AVENIDA PEDRO FREITAS, S/N

Nº: S/N

Complemento: Blocos D e F

Bairro: Centro Administrativo

Cidade: TERESINA

UF: PI

CEP: 64018900

Data de Início: 03/06/2024

Previsão de término: 14/06/2024

Coordenadas Geográficas: -5.105986, -42.812057

Finalidade: Escolar

Código: Não Especificado

Proprietário: Secretaria de Estado da Educação

CPF/CNPJ: 06.554.729/0001-96

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração

Quantidade

Unidade

80 - Projeto > ESTRUTURAS > ESTRUTURAS DE CONCRETO E ARGAMASSA ARMADA > #2.1.1 - DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO

1,00

un

80 - Projeto > ESTRUTURAS > FUNDAÇÕES > DE FUNDAÇÕES SUPERFICIAIS > #2.9.1.2 - EM SAPATAS ISOLADAS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL, INCLUSIVE FUNDAÇÕES, DE UM ANEXO ESCOLAR: FACHADA.

6. Declarações

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Luiz Felipe Seixas Cury da Costa

LUIZ FELIPE SEIXAS CURY DA COSTA - CPF: 064.042.743-02

Local de data

Secretaria de Estado da Educação - CNPJ: 06.554.729/0001-96

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: R\$ 99,64

Registrada em: 11/06/2024

Valor pago: R\$ 99,64

Nosso Número: 8217132090

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: z803d
Impresso em: 12/06/2024 às 08:53:18 por: ip: 138.122.61.140

www.crea.org.br
Tel: (85) 3453-5800

faleconosco@crea.org.br
Fax: (85) 3453-5804



CREA-CE
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



**Registro de Responsabilidade Técnica - RRT****1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome Civil/Social: GABRYELLA MEIRELES MONTEIRO
Título Profissional: Arquiteto(a) e Urbanista

CPF: 060.XXX.XXX-45
Nº do Registro: 00A1634330

2. DETALHES DO RRT

Nº do RRT: SI13948351I00CT001
Data de Cadastro: 02/02/2024
Data de Registro: 29/02/2024

Modalidade: RRT SIMPLES
Forma de Registro: INICIAL
Forma de Participação: INDIVIDUAL

2.1 Valor da(s) taxa(s)

Valor da(s) taxa(s): R\$119,61 Boleto nº 19861376 Pago em: 29/02/2024

3. DADOS DO SERVIÇO/CONTRATANTE**3.1 Serviço 001**

Contratante: PIAUI SECRETARIA DE EDUCACAO
Tipo: Órgão Público
Valor do Serviço/Honorários: R\$0,00

CPF/CNPJ: 06.XXX.XXX/0001-96
Data de Início: 02/02/2024
Data de Previsão de Término: 31/12/2024

3.1.1 Endereço da Obra/Serviço

País: Brasil
Tipo Logradouro: PRACA
Logradouro: RUA DA ESPERANCA
Bairro: CENTRO

CEP: 64165000
Nº: S/N
Complemento:
Cidade/UF: JOCA MARQUES/PI

3.1.2 Atividade(s) Técnica(s)

Grupo: PROJETO
Atividade: 1.1.3 - Projeto arquitetônico de reforma

Quantidade: 1.841,16
Unidade: metro quadrado

3.1.3 Tipologia

Tipologia: Público

3.1.4 Descrição da Obra/Serviço

Reforma e ampliação da U E Lêda Napoleão: construção de novas salas de aula, refeitório, cozinha, vestiários acessíveis, casa de gás e casa de lixo, troca de esquadrias em geral, reforma do bloco administrativo, pintura em geral

3.1.5 Declaração de Acessibilidade

Declaro o atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes para as edificações abertas ao público, de uso público ou privativas de uso coletivo, conforme § 1º do art. 56 da Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015.



4. RRT VINCULADO POR FORMA DE REGISTRO

Nº do RRT	Contratante	Forma de Registro	Data de Registro
SI13948351I00CT001	PIAUI SECRETARIA DE EDUCACAO	INICIAL	02/02/2024

5. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE

Declaro para os devidos fins de direitos e obrigações, sob as penas previstas na legislação vigente, que as informações cadastradas neste RRT são verdadeiras e de minha responsabilidade técnica e civil.

6. ASSINATURA ELETRÔNICA

Documento assinado eletronicamente por meio do SICCAU do arquiteto(a) e urbanista GABRYELLA MEIRELES MONTEIRO, registro CAU nº 00A1634330, na data e hora: 02/02/2024 17:01:40, com o uso de login e de senha. O **CPF/CNPJ** está oculto visando proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (**LGPD**)

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>, ou via QRCode.





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920240071114

1. Responsável Técnico

SUSY SILVA GOMESTítulo profissional: **Engenheira Civil**RNP: **1919467491**Registro **37483**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC**CPF/CNPJ: **06554729000196**Logradouro: **Avenida Pedro Freitas, s/n**Nº: **SN**

Complemento:

Bairro: **São Pedro**Cidade: **Teresina**UF: **PI**CEP: **64018-900**Contrato: **Sem número**celebrado em **05/05/2024**

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **3.700,00**Tipo de Contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **PALMEIRAIS**Nº: **SN****QUARIGUAZI, 401, CENTRO****RUA JOÃO**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**Cidade: **JOCA MARQUES**UF: **PI**CEP: **64170-000**Data de Início: **15/05/2024**Previsão de Término: **01/11/2024**Coordenadas Geográficas: **-3.4955330, -42.433920**Finalidade: **ESCOLAR**

Código:

Proprietário **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC**CPF/CNPJ: **06554729000196**

4. Atividade Técnica

ELABORAÇÃO**Quantidade****Unidade**

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS

2.962,17

metro quadrado

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS

2.962,17

metro quadrado

PROJETO DE EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS

2.962,17

metro quadrado

PROJETO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM MATERIAIS MISTOS

2.962,17

metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do projeto básico e orçamento incluindo composições de preço unitário, memória de cálculo, especificações técnicas, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, curva abc e demais peças técnicas necessárias ao projeto básico para a licitação da obra/serviço DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA, DA U E LEDA NAPOLEÃO, NO MUNICÍPIO JOCA MARQUES-PI, com área total de 2962,17 m², em favor da secretaria de estado da educação do Piauí.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHEIROS CIVIS -

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações**TERESINA - PI****24 de Setembro de 2024**

Local

Data

SUSY SILVA GOMES - CPF: 04522076304**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - SEDUC - CPF/CNPJ:**

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292

Valor ART: R\$ **99,64**Registrada em **24/09/2024**Valor Pago: **99,64**Nosso Número: **8201598248**

Baixada em:



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí

CREA-PI

ART de Obra ou Serviço
1920240071028

1. Responsável Técnico

VALTERDES CARVALHO SILVA FILHO

Título profissional: **Engenheiro Civil**

RNP: **1920357300**

Registro **39356**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ**

CPF/CNPJ: **06554729000196**

Logradouro: **AVENIDA PEDRO FREITAS**

Nº: **S/N**

Complemento: **CENTRO ADMINISTRATIVO DE TERESINA**

Bairro: **SÃO PEDRO**

Cidade: **TERESINA**

UF: **PI**

CEP: **64018-900**

Contrato: **Sem número**

celebrado em

16/09/2024

Vinculado à ART:

Valor: R\$ **3.700,00**

Tipo de Contratante:

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: **RUA DA ESPERANÇA**

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **JOCA MARQUES**

UF: **PI**

CEP: **64165-000**

Data de Início: **16/09/2024**

Previsão de Término:

16/06/2025

Coordenadas Geográficas:

-3.498445, -42.43374

Finalidade: **ESCOLAR**

Código:

Proprietário **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ**

CPF/CNPJ: **06554729000196**

4. Atividade Técnica

ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE MÉDIA TENSÃO PARA FINS

150,00

quilovolt-ampère

COMERCIAIS

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO PARA FINS

1,00

unidade

COMERCIAIS

PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO PARA FINS COMERCIAIS

1,00

unidade

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PROJETO E ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM BAIXA TENSÃO PARA ILUMINAÇÃO E TOMADAS.

ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SUBESTAÇÃO DE 150KVA NA U.E. LÊDA NAPOLEÃO/JOCA MARQUES-PI.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

7. Entidade de Classe

SEM INDICAÇÃO DE ENTIDADE DE CLASSE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações

TERESINA - PI

24 de Setembro de 2024

Local

Data

Valterdes Carvalho Silva Filho

VALTERDES CARVALHO SILVA FILHO - CPF: 01077411308

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ - CPF/CNPJ: 06554729000196

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-PI.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pi.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.



www.crea-pi.org.br art@crea-pi.org.br
tel: (86)2107-9292



CREA-PI
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Piauí

Valor ART: R\$ **99,64**

Registrada em **24/09/2024**

Valor Pago: **99,64**

Nosso Número: **8201598140**

Baixada em:

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL

PI-DDLAE.07781-4/2024
Processo: DDLAE.10033-3/2024

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Estadual Nº 4.854, de 10 de julho de 1996, e de acordo com os procedimentos de Licenciamento Ambiental estabelecidos pela Lei Federal Nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, e suas alterações, regulamentada pelo Decreto Nº 99.274, de 06 de junho de 1990, resolve expedir a(o) presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL ESTADUAL, nos termos, características e condições seguintes.

EMPREENDEDOR

NOME

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC

CPF/CNPJ

06.554.729/0001-96

EMPREENDIMENTO

NOME

CETI LEDA NAPOLEÃO

ATIVIDADES

ATIV.27618

REFORMA DE ESCOLA (D0034)

Município:

Joca Marques (PI)

Coordenadas Geográficas:

03°29'43.79"S / 42°26'01.85"O

MEMORIAL DESCRITIVO

(-42.43384722222222, -3.495497222222223)

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 02/10/2024 às 15:46
[g4WQA1PG6N6LtdUXA6oEPip2IJxVUkkjKhYTckshkthPmipuM0ab97XwmTODWlWu]



Emitido eletronicamente em 02/10/2024 15:46 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link
<https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108174-0/2024.ABCE.84B5.0B38]





Source: Esri, Maxar, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community

DETALHAMENTO

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CETI LEDA NAPOLEÃO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JOCA MARQUES - PIAUÍ

A presente DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO ESTADUAL foi emitida considerando o processo administrativo DDLAE.10033-3/2024, no qual as atividades na forma como declaradas foram consideradas de impacto ambiental insignificante/inexistente e atendeu, assim, aos critérios estabelecidos na legislação, conforme declarado a seguir:

Pergunta	Resposta
Localizada em formações dunares, planícies fluviais e de deflação, mangues e demais áreas úmidas?	Não
Localizada no bioma Mata Atlântica e implica corte e supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração, conforme dispõe a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006?	Não
Localizada na Zona Costeira e implica em alterações significativas das suas características naturais, conforme dispõe a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988?	Não

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 02/10/2024 às 15:46
[g4WQA1PG6N6LdUXA6oEPip2IJxVUkkjKhYTckshkthPmipuM0ab97XwmTODWlWu]



Emitido eletronicamente em 02/10/2024 15:46 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link
<https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108174-0/2024.ABCE.84B5.0B38]



Pergunta	Resposta
Localizada em zonas de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral, adotando-se o limite de 3 km (três quilômetros) a partir do limite da unidade de conservação, cuja zona de amortecimento não esteja ainda estabelecida?	Não
Desenvolvida em área de Preservação Permanente (APP)?	Não
Gera resíduos perigosos?	Não
Estoca, armazena e usa produtos perigosos em grande quantidade?	Não

CONDIÇÕES GERAIS

- A DDLAE no âmbito da SEMAR não se aplica às atividades de impacto local situadas em municípios licenciadores, devendo, neste caso, prevalecer as regulamentações específicas daquele município;
- A DDLAE não desobriga o responsável pela atividade/empreendimento do atendimento às normas de uso e ocupação do solo do município;
- Caso haja qualquer alteração na atividade/empreendimento que implique na mudança de sua classe conforme enquadramento contido no Anexo I da Resolução CONSEMA 033/2020, o interessado fica obrigado a requerer a DBIA ou licença ambiental junto à SEMAR;
- O desenvolvimento da atividade/empreendimento está restrito ao pedido protocolado e termos aprovados por meio do processo original, não devendo ocupar áreas de restrição e/ou interesse ambiental e áreas de preservação permanente sem expressa autorização deste órgão ambiental;
- Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do interessado pela atividade/empreendimento, respondendo este legalmente pelas mesmas.
- A Dispensa de Licenciamento Ambiental não exime o empreendedor de atender aos regramentos específicos referentes à instalação/operação de atividades inseridas em Unidades de Conservação ou suas zonas de amortecimento.
- Em caso de localização em imóvel rural é obrigatória a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR).
- Esta Dispensa não exime o empreendedor de possuir e atender/cumprir a Certidão de Dispensa de Outorga ou Portaria de Outorga para uso dos recursos hídricos caso esteja previsto na atividade/empreendimento captação, barramento, lançamento e outros usos, conforme legislações específicas.
- Esta Dispensa não autoriza o corte, a exploração ou a supressão de vegetação nativa.
- Esta Dispensa não exime o empreendedor de zelar pela conservação do solo e da água por meio de adoção de boas práticas agronômicas, de minimizar os impactos ambientais advindos de suas atividades, bem como de cumprir as determinações da legislação ambiental vigente.
- Qualquer alteração nas especificações do projeto deverá ser precedida de anuência da SEMAR.
- Em qualquer fase da atividade/empreendimento, se houver a descoberta fortuita de qualquer elemento de interesse arqueológico ou pré-histórico, o empreendedor ficará obrigado a comunicar o fato imediatamente à SEMAR e ao IPHAN.
- O empreendedor não está dispensado de buscar as demais licenças e/ou autorizações legalmente cabíveis, bem como de observar em sua atividade/empreendimento, as normas ambientais vigentes, sujeitando-se o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas no ordenamento jurídico.

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 02/10/2024 às 15:46
[g4WQA1PG6N6LtDUXA6oEPip2IJxVUkkjKhYTckshkthPmipuM0ab97XwmTODWlWu]



Emitido eletronicamente em 02/10/2024 15:46 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link
<https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108174-0/2024.ABCE.84B5.0B38]



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

Não há Condições Específicas para esta "Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual (DDLAE)"

OBSERVAÇÕES

Nada consta.

Teresina (PI), 02/10/2024

(assinado eletronicamente)
Daniel Carvalho Oliveira Valente
Secretário do Meio Ambiente
Secretário do Meio Ambiente
Gabinete SEMAR

Assinado eletronicamente por Daniel Carvalho Oliveira Valente (Gabinete SEMAR) em 02/10/2024 às 15:46
[g4WQA1PG6N6LdUXA6oEPip2IJxVUkkjKhYTckshkthPmipuM0ab97XwmTODWlWu]



Emitido eletronicamente em 02/10/2024 15:46 pelo sistema SIGA

A autenticidade deste documento pode ser conferida acessando o sistema através do link
<https://siga.semar.pi.gov.br/validar/> informando o token a seguir:

[SIGA.108174-0/2024.ABCE.84B5.0B38]





DECLARAÇÃO DE OCUPAÇÃO REGULAR DO IMÓVEL

A **Unidade Escolar Leda Napoleão** está localizada na Rua da Esperança S/N, Bairro Centro, Joca Marques-PI, CEP: 64165-000 onde funciona desde sua fundação no ano de 2002. Está inscrita no CNPJ sob o nº 06.881.613/0001-61 e ocupa uma área de aproximadamente e 2.995,60 m². Com fulcro na Instrução Normativa nº 01/2013 CGE-PI e Portaria Interministerial CGU/MF/MP 507/2011, por meio de seu gestor abaixo assinado, declara, para fins de comprovação de dominialidade e sob as penas da lei, que o estado do Piauí exerce plenos poderes inerentes à propriedade do imóvel ocupado regularmente. Ofertando à comunidade Ensino Médio Regular, EJA etapas VI e VII, Técnico Médio Concomitante e superior UAPI.

Por ser verdade, firmo a presente declaração na forma da Lei.

Teresina-PI, 25 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br GUSTAVO SILVA RODRIGUES
Data: 26/09/2024 07:38:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diretor(a) da Escola



Declaração de entrega ou prescindibilidade de peças técnicas
ARQUITETURA

Objeto: Reforma e ampliação do CETI Lêda Napoleão, localizada no município de Joca Marques.

A equipe técnica de arquitetura da Unidade de Gestão de Rede Física desta Secretaria de Estado da Educação declara que foi elaborado o projeto descrito acima a nível executivo e consta nos autos do processo.

Em relação às exigências da Vigilância Sanitária, declara-se que o projeto observa suas determinações no que se refere à estrutura física da cozinha e do refeitório necessárias para atender às boas práticas para serviços de alimentação conforme RESOLUÇÃO N° 216, de 15 de setembro de 2004. (1)

Gabryella Meireles Monteiro

UGERF/ SEDUC-PI – Matrícula 403424-4



DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS PARA OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Objeto: Reforma e ampliação do U E LEDA NAPOLEÃO, localizada no município de JOCA MARQUES - PI

Valor da obra: R\$ 3.175.356,50 (Três milhões, cento e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO:

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui OBRA DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

As intervenções propostas em projeto apresentam características que se enquadram na definição de "OBRA" exposta na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021), uma vez que impõe ampliações de espaço físico e mudanças no layout de ambientes, não apenas recuperando elementos do prédio, mas alterando características originais. Pela natureza das atividades a desenvolver, é possível acrescentar também que há a necessidade, por força de lei, da atuação de profissionais habilitados na área da engenharia e arquitetura.

1.2. Viabilidade técnica da obra

1.2.1. Situação do prédio e solução proposta: O prédio da referida unidade escolar foi parcialmente demolido para reformas e adequações em projeto anterior. A obra iniciou, mas não teve prosseguimento de forma que, atualmente, o imóvel se encontra destruído e abandonado. Este processo visa então sua recuperação de forma a viabilizar o uso conforme as necessidades do corpo docente e discente. Foi elaborado, então, um projeto de reconstrução que propõe a construção de novas salas de aula, salas administrativas, cozinha com vestiários, banheiros, laboratórios, biblioteca, fachada com guarita, castelo d'água e paisagismos, casa de gás e abrigo do lixo.

Para atendimento destes objetivos de forma célere e econômica, os projetos elaborados priorizam a adoção de técnicas simples e de amplo domínio da maioria das empresas que atuam na construção civil, podendo ser executados até mesmo por aquelas com pouca experiência. Destaca-se que isso não significa que o imóvel apresentará baixa qualidade, os métodos são adequados para atendimento das necessidades, considerando a pequena complexidade da construção.

1.2.2. Quantitativos e preço dos serviços: Os quantitativos foram calculados através de avaliações feitas in loco, assim como utilizando as medidas definidas em projeto arquitetônico previamente elaborado. Todos os valores estão demonstrados em



memória de cálculo fornecida junto com as planilhas orçamentárias. Quanto aos preços dos serviços descritos no orçamento, eles que foram retirados das planilhas de referência do SINAPI, SEINFRA e ORSE, conforme prescreve o Decreto Federal nº 7.983 de 8 de abril de 2013.

- 1.2.3. Conclusão: Diante do exposto, verifica-se que o levantamento, o projeto e as planilhas estão dentro dos conformes legais, atendem às boas práticas da engenharia e são necessários para a recuperação do imóvel e adequação a sua finalidade. As soluções técnicas foram pensadas de forma a priorizar métodos simples e de amplo domínio na construção civil, mas sem deixar de visar um prédio moderno e que atenda às necessidades a que se destina. Além disso, o valor monetário da obra obedece ao levantamento proposto e demonstrado em projeto arquitetônico e memória de cálculo e os preços-base divulgados nas planilhas de referência do SINAPI, SEINFRA e ORSE.

Assim, a equipe de engenharia desta Secretaria concorda que o referido projeto é viável do ponto de vista técnico e econômico.

2. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o Projeto Básico foi elaborado por profissionais habilitados de engenharia e arquitetura, com a emissão de seus respectivos documentos de responsabilidade técnica:

- RRT E ART'S U E LEDA NAPOLEÃO: 014520462

3. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

- FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;
- FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI:

- FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida: Sinapi 02/2024 – Orse 01/2024 – Seinfra_CE 0.28.

4. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

- Foram juntadas as planilhas sintéticas e as planilhas analíticas;
- O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias;



- Na presente licitação NÃO foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizada, em face do extenso lapso temporal entre elaboração do orçamento e lançamento do edital da licitação. No entanto a data dos preços utilizados não ultrapassa o prazo de um ano, estando em conformidade com o voto proferido no Acórdão TCU n. 2265/2020-Plenário

5. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

Foram adotadas composições “**adaptadas**” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

Foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

Constam no processo todas as composições de custos de serviços extra-sinapi que compõem a obra, incluindo não apenas os materiais, como também a mão de obra e os equipamentos, com os respectivos quantitativos e índices de produtividade. Em que pese essas composições apresentarem eventualmente insumos de banco de dados paralelos, todos os serviços e mãos de obra foram retirados da base de dados oficial (SINAPI), não havendo assim incompatibilidade de custos e encargos quando um mesmo profissional executa tarefas distintas.

Para os itens extraídos do SINAPI, considerou-se desnecessária a juntada das composições que lhes dão suporte, pois trata-se de sistema oficial de livre acesso, bastando ao interessado consultar o respectivo código junto à tabela analítica publicada para saber exatamente como foram calculados e quais custos estão ali embutidos.

6. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

- Observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.
- Adota o parâmetro do 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

Em “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas”, do Tribunal de Contas da União, externou-se que a administração local compreende a estrutura administrativa de condução e apoio à execução da construção, composta de pessoal de direção técnica, pessoal de escritório e de segurança (vigias, porteiros, seguranças etc.), bem como materiais de consumo, equipamentos de escritório e de fiscalização. Na prática, tem se observado, entretanto, que a



consideração de todas essas necessidades extrapola facilmente os limites monetários do TCU, principalmente em obras de menor orçamento.

Para exemplificar, podemos considerar uma composição simplificada, com apenas uma equipe formada por engenheiro civil trabalhando meio período e mestre de obras, almoxarife e vigia noturno trabalhando 44 horas semanais. Tem-se a seguinte mensuração:

		ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	MÊS			R\$ 25.748,80
SINAPI/PI COMP (NOV/2023)	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	88,00	R\$ 112,26	R\$ 9.878,88
SINAPI/PI COMP (NOV/2023)	90780	MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 46,78	R\$ 8.233,28
SINAPI/PI COMP (NOV/2023)	90766	ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 19,83	R\$ 3.490,08
SINAPI/PI COMP (NOV/2023)	88326	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 23,56	R\$ 4.146,56

O custo mensal desta equipe é de R\$ 25.748,80 (sinapi 11/2023) o que corresponde a R\$ 308.985,60 em uma obra com prazo de 12 meses. Nesse cenário, para que o montante permanecesse dentro dos limites legais, o valor orçado da obra deveria ser de pelo menos R\$ 3.483.490,42.

Nota-se que, para obras menos onerosas, é necessário reduzir a equipe ou a quantidade de horas trabalhadas, o que é inviável tecnicamente devido à inquestionável importância dos profissionais listados. Apesar disso, a ponderação dos consumos mostra-se como única solução de respeitar os limites do Tribunal. Assim, neste orçamento optou-se por manter o valor da administração local mais próximo de seu limite superior (3º quartil), buscando-se considerar-se na medida do possível o máximo de seus aspectos.

7. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação, foi juntada a Curva ABC relativas aos SERVIÇOS.

8. ORÇAMENTO MAIS VANTAJOSO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conforme solicitado, segue projetos, orçamento, composições analíticas, composição de BDI, encargos sociais, administração local, cronograma físico-financeiro, memoriais, especificações técnicas e demais peças necessárias e suficientes para o prosseguimento do processo que objetiva a REFORMA E **AMPLIAÇÃO DA U E LEDA NAPOLEÃO**, localizada no município de Joca Marques – PI.



O valor do orçamento de acordo com o tipo de desoneração foram os seguintes:

TIPO	REFORMA	AMPLIAÇÃO	TOTAL (R\$)
Desonerado	R\$609.246,08	R\$2.574.083,24	R\$3.183.329,32
Não Desonerado	R\$609.389,78	R\$2.565.966,72	R\$3.175.356,50

Portanto, o orçamento mais vantajoso para a administração pública é o **NÃO DESONERADO**, no valor global de **R\$3.175.356,50 (três milhões cento e setenta e cinco mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos)**, sendo o valor de **REFORMA** de **R\$609.389,78 (seiscentos e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos)** e de **AMPLIAÇÃO** de **R\$2.565.966,72 (dois milhões quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos)**.

9. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU:

- Administração central: Quartil médio;
- Seguro e garantia: Quartil médio;
- Risco: Quartil médio;
- Despesa financeira: Quartil médio;
- Lucro: Quartil médio;

10. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, **NÃO SERÁ** adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

Neste projeto não foram considerados itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra.

11. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro FOI juntado aos autos.



12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Lei nº 14.133/21 impõe que, na etapa de habilitação, em se tratando de obras, entre outros aspectos, a Administração deve analisar a qualificação técnica dos licitantes com o objetivo de aferir a capacidade, experiência e aparelhamento técnicos necessários e suficientes ao cumprimento do contrato. Para isso, a Nova Lei de Licitações determina à Administração exigir a comprovação da capacidade técnico-operacional, segundo **art. 67, inc. II e III da referida norma jurídica**.

A comprovação da capacidade técnico-operacional será averiguada através de documentos que indiquem o desempenho, em obras anteriores, de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Nesse aspecto, cumprirá à Administração, conforme o projeto básico, definir as **parcelas de maior relevância técnica** e de **valor significativo da obra**, a partir do que se definirão quantitativos mínimos a serem documentados (**Súmula nº 263** do Tribunal de Contas da União).

Com efeito, a salvaguarda do interesse público impõe tanto a comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa quanto a qualificação profissional do responsável técnico, sob pena de vulneração do cumprimento do objeto do contrato.

A exigência da comprovação de capacidade técnico-operacional tem sentido de obter a demonstração que a licitante possui experiência na execução de serviços similares, devendo a Administração, de forma discricionária, fixar os critérios que possam não só proteger a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, com dispositivos que busquem resguardá-la de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa (STJ: Resp. 144759/SP: Recurso Especial 1997/0058245-0).

Nesse tema, o § 1º, art. 67 da Lei nº 14.133/21 define que “a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.” Além disso, o TCU tem recomendado que a comprovação da capacidade técnica do licitante pode ser auferida pela execução de quantitativo de até 50% do objeto, conforme se infere do seguinte julgado.

A exigência de comprovação da capacidade técnica da empresa licitante, através de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, acerca da execução de obras e serviços de engenharia com percentual de até 50% das parcelas de maior relevância e valor significativo não restringe o caráter competitivo do certame; ao contrário, a Administração intenta, com isso, garantir a normal execução do contrato e o cumprimento do objeto da licitação com qualidade e eficiência, o que, em última análise, presta sentinela à indisponibilidade o interesse público.

O projeto em questão adota soluções bastante convencionais de construção, sendo a maioria dos serviços definidos de baixa complexidade e de amplo domínio das empresas que atuam na área. Nesse sentido, a equipe técnica desta Secretaria define como relevante apenas a experiência das licitantes em obras de natureza similar e/ou o fato de já haver executados determinados serviços



de maior singularidade ou que sejam relevantes economicamente na obra, dito aqueles que representam mais de 4,00% do valor global (lei nº 14.133, art.67, § 1º). Portanto, avalia-se pertinente as seguintes exigências:

- A licitante deve comprovar ter executado uma obra, seja de reforma, ampliação ou construção, de pelo menos 931,50 m² (SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA E ECONÔMICA);
- A licitante deve comprovar ter executado pelo menos 330 m² de cobertura metálica em perfis treliçados e trama de aço, correspondendo a 50% dos 658,21 m² orçado para o serviço. Tal serviço é considerado de relevância ECONÔMICA pois corresponde a 7,75% do valor orçado;
- A licitante deve comprovar ter executado pelo menos 450,00 m² de piso granilite, correspondendo a 50% dos 900m² orçado para o serviço. Tal serviço é considerado de relevância ECONÔMICA pois corresponde a 4,68% do valor orçado;
- A licitante deve comprovar ter executado uma subestação de energia com potência mínima de 150 kVA, bem como apresentar profissional devidamente registrado no conselho de classe competente detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes. Mediante aprovação da Administração, será admitida a substituição desse profissional por um outro de experiência equivalente ou superior. (SERVIÇO DE RELEVÂNCIA TÉCNICA).

13. ENTREGA OU PRESCINDIBILIDADE DE PEÇAS TÉCNICAS – ENGENHARIA CIVIL

O projeto de engenharia é um conjunto de processos de produção da construção civil que visa atingir um objetivo específico com prazos e custos definidos. Ele deve nortear a realização da obra desde o momento em que ela ainda está no papel até as suas últimas etapas. Para que o objetivo seja atingido é imprescindível o estudo e elaboração de peças técnicas suficientes para embasar uma melhor tomada de decisões e caracterizar a edificação em suas diversas partes, de forma a se conseguir um perfeito equilíbrio entre economia, eficiência e qualidade.

Nesse contexto, o Art. 2º, inciso V, da Lei do RDC define projeto executivo como o “conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes”, exigindo sua utilização em procedimentos que a referida lei for aplicada. É evidente que esse arcabouço de elementos será maior ou menor a depender do tamanho e complexidade da obra. Assim, para o objeto em questão, a equipe de engenharia desta Secretaria faz a seguinte avaliação dos diversos projetos que o definem:

PEÇA TÉCNICA	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA
Quadro resumo de cotações	015198928	Todos os itens da planilha orçamentária foram retirados das planilhas do sinapi, seinfra ou orse. Assim, não houve

Av. Pedro Freitas, S/N
Centro Administrativo • Bloco D/F
São Pedro • CEP 64018-900
Teresina • Piauí • Brasil



		necessidade de pesquisa de mercado para compor este orçamento.
Relatório de sondagem	015198928	O serviço é necessário e será executado pela contratada, conforme previsão no orçamento.
Levantamento planialtimétrico	Não se aplica	Devido à reduzida área de ampliação, a elaboração desse projeto não é conveniente ou economicamente viável, pois com uma vistoria in loco já é possível orçar com boa precisão as etapas de movimento de terra e fundação.
Projeto de terraplanagem	Não se aplica	Segundo projeto arquitetônico, as cotas dos ambientes acompanharão a inclinação natural do solo, tornando este projeto inconveniente ou economicamente inviável, pois com uma vistoria in loco já é possível orçar com boa precisão a etapa de movimento de terra.
Projeto estrutural	015198928	O serviço é necessário, inclusive contemplará as fundações e será executado pela contratada conforme previsão no orçamento exceto caso possua anexos com tal projeto executivo o qual não precisará ser refeito. A elaboração do projeto das fundações deve considerar as cargas geradas pela estrutura e sua dissipação no solo através de fundações.
Projeto de instalações hidrossanitárias	015198928	O projeto de instalações hidrossanitárias será executado pela contratada conforme previsão no orçamento.
Projeto de combate a incêndio	015198928	O projeto de instalações de combate a incêndio será executado pela contratada conforme previsão no orçamento.
Fornecimento de água potável	-	A escola já é atendida pelo serviço de fornecimento de água potável mediante concessionária
Coleta de esgoto	-	O atual projeto prevê a construção de unidades de tratamento do tipo fossa/sumidouro de forma a atender a futura demanda de coleta e tratamento dos despejos sólidos.
Coleta de resíduos sólidos	-	A escola já é atendida de forma satisfatória pelo serviço de coleta de resíduos sólidos, de responsabilidade da prefeitura



SECRETARIA
DA **EDUCAÇÃO** - SEDUC



		local. Entende-se que a obra não trará um incremento significativo na quantidade de lixo produzido no prédio.
--	--	---



Documento assinado digitalmente
SUSY SILVA GOMES
Data: 31/10/2024 12:01:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Susy Silva Gomes

Engenheiro Civil – CREA 1919467491
UGERF/ SEDUC-PI – Matrícula 411722-x

Av. Pedro Freitas, S/N
Centro Administrativo • Bloco D/F
São Pedro • CEP 64018-900
Teresina • Piauí • Brasil

www.seduc.pi.gov.br

Secretária Estadual de Educação e Cultura do Estado do Piauí - SEDUC
Av. Pedro Freitas, S/N - Bloco D/F - Centro Administrativo
CEP: 64.018-900 - Teresina - PI